DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, segunda-feira, 29 de maio de 1978 — ANO II — Nº 99

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 4.180 DE 26 DE MAIO DE 1978

Altera o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art.107, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, combinado com o Art. 27, Item I, do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, e o que consta no Processo nº 622.047,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1978

90º da República e 19º de Brasília,

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4180 DE 26 DE maio DE 1.978

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	
R E C E I T A	**D E S P E S A**
CATEGORIAS ECONÔMICA - FONTES	FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO
	FUNÇÃO 03 - Administração e Planejamento
	PROGRAMA 08 - Administração Financeira
	SUBPROGRAMA 033 - Dívida Interna
	2.091 - Amortização e Encargos de Financiamento..... 4.800,000,00
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES 71.721.000,00	FUNÇÃO 04 - Agricultura
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL..... 11.000.000,00	PROGRAMA 07 - Administração
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral
- Governo do Distrito Federal..... 59.721.000,00	2.056 - Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS..... 1.000.000,00	do Distrito Federal..... ..... 50.421.000,00
	1.01 - Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito
	Federal..... 1.000.000,00
	PROGRAMA 18 - Promoção e Extensão Rural
	SUBPROGRAMA 111 - Extensão Rural
	2.01 - Manutenção do Departamento de Engenharia e Mecani
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL 43.000.000,00	zação Agrícola..... 12.500.000,00
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.02 - Aquisição de Mercadorias para Reposição de Esto -
- Governo do Distrito Federal..... 8.000.000,00	que..... 27.000.000,00
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL..... 35.000.000,00	1.03 - Reequipamento do Departamento de Engenharia e Me-
	canização Agrícola..... 5.000.000,00
	PROGRAMA 48 - Cultura
	SUBPROGRAMA 247 - Difusão Cultural
	1.1?6 - Obras e Melhoramento do Jardim Zoológico..... 1.000.000,00
	PROGRAMA 80 - Transportes Rodoviário
	SUBPROGRAMA 534 - Estradas Vicinais
	1.052 - Construção e Repecuração de Estradas Rurais..... 3.000.000,00
TOTAL 114.721.000,00	TOTAL 114.721.000,00

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem sér encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redacão e Administração:

Anexo I do Palácio do Buriti - 6° andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803 - e PABX - 225-6830 Ramal 312.

OFICINAS - Direto: 226-4357 e PABX 225-2515.

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual..... Cr$ 400,00
Semestral..... Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS

Anual..... Cr$ 300,00
Semestral..... Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Órgãos Governamentais..... Cr$ 6,40
Particulares..... Cr$ 10,00

NÚMERO AVULSO

— O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4180 DE 26 DE maio DE 1.978

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O	ORIGENS DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.056	Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.....	1.500.000,00	58.921.000,00	60.421.000,00
2.091	Amortização e Encargos de Financiamento.....	-	4.800.000,00	4.800.000,00
1.01	Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.....	1.000.000,00	-	1.000.000,00
2.01	Manutenção do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola.....	12.500.000,00	-	12.500.000,00
1.02	Aquisição de Mercadorias para Reposição de Estoque.....	27.000.000,00	-	27.000.000,00
1.03	Reequipamento do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola.....	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.126	Obras e Melhoramento do Jardim Zoológico.....	-	1.000.000,00	1.000.000,00
1.052	Construção e Recuperação de Estradas Rurais.....		3.000.000,00	3.000.000,00
	T O T A L	47.000.000,00	67.771.000,00	114.721.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4180 DE 26 DE maio DE 1.978

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO	E L E M E N T O S														TOTAL
	3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.3.0	3.2.4.0	3.2.5.1	3.2.5.2	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.6.0	4.3.1.0	
2.056	40.000.000	8.000.000	3.000.000	700.000	300.000	421.000	-	4.500.000	3.500.000	-	-	-	-	-	60.421.000
2.091	-	-	-	-	-	-	800.000	-	-	-	-	-	-	4.000.000	4.800.000
1.01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000	500.000	-	-	1.000.000
2.01	600.000	9.700.000	2.000.000	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,500,000
1.02	-	-	50.000	790.000	-	-	110.000	-	-	-	-	-	26.050.000	-	27,000,000
1.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,000.000	1.000.000	-	-	6,000,000
1.126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	-	-	-	-	1,000,000
1.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000	-	-	-	-	3.000.000
TOTAL	40.600.000	17.700.000	5.050.000	1.690.000	300.000	421.000	910.000	4.500.000	3.500.000	4.000.000	4.500.000	1.500.000	26.050.000	4.000.000	114.721.000

Secretaria de Administração

DECRETO DE 22 MAIO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 257.602/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, Nível 8-A, a FLAUSINO MIROS DA SILVA, matrícula nº. 14.491, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 103.041/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Atendente, Nível 09, a GASPARINA DE OLIVEIRA BRITO, matrícula nº. 5.781, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 121.428/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ANTÔNIO JOSÉ MACHADO FORTUNA, do cargo de Delegado de Polícia, Classe «B», Código PC-201.7, matrícula nº. 20.054, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 15 de maio de 1978.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 258.354/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Pedreiro, Nível 8-A, a ANTONIO BATISTA DE MOURA, matrícula nº. 16.330, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 428.511/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, Nível 19, a EICHI HAYAKAWA, matrícula nº. 6.614, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 216.239/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, nível 5, a SEBASTIÃO SOUZA TEIXEIRA, matrícula nº. 17.547, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 52.564/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, EZIO VICTOR PIMENTA, Engenheiro, «A», Código NS-710.4, matrícula nº. 7.748, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 26 de abril de 1978.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 156.711/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, nível 5, a SEBASTIÃO SOUZA TEIXEIRA, matrícula nº. 17.547, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 121.035/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, MILTON NETTO, do cargo de Agente de Polícia «C», Código PC-205.3, matrícula nº. 20.505, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 1º de maio de 1978.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 8.917/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Marceneiro, nível 8-A, a ABEL NUNES DE OLIVEIRA, matrícula nº. 852, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 008.455/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, Nível 01, a PEDRO PIO DA SILVA, matrícula nº. 13.643, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 006.941/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, Nível 19, a WILSON JULIO DE MIRANDA, matrícula nº 4.432, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 236.130/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, nível 9-B, a OLAVO DA SILVA ROCHA, matrícula nº. 685 do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 7.355/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Elementar, nível 13-B, a EDNA BEATRIZ DE ALMEIDA MOTTA, matrícula nº. 8.114, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 195.527/78.

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, a SEVERINO BERNARDINO DA SILVA, matrícula nº. 17.551, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 007.932/78,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº. 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Enfermeira, Nível 22-C AMELIA RODRIGUES ALVES, matrícula nº. 6.117, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 008.349/78,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº. 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Atendente, Nível 09, CARMOSINHA SANTANA PEREIRA, matrícula nº. 6.002, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 9.251/78,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº. 6.481 de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Apontador Fiscal, nível 8-B, a ALEXANDRE RAMOS FILHO, matrícula nº. 1.495, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 428.655/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, Nível 19, a TEREZINHA WARTI FURLANETTO D'AVILA, matrícula nº. 8.066, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 157.103/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Pedreiro, nível 8-A, a MANOEL NELSON DE SOUZA, matrícula nº. 16.389, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 004.734/78,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Técnico Rural, Nível 11-A; a ADELOR BARBOSA DE MELO, matrícula nº. 16.955, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 002.323/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Pintor, Nível 8-A, a MANOEL BARBOSA MOREIRA, matrícula nº. 7.717, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 002.799/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, Nível 05, a JOAQUIM BRITO NETO, matrícula nº. 17.289, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 258.408/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Pedreiro, nível 8-A, a VITOR JOSÉ DE SOUZA, matrícula nº. 16.400, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 102.311/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Atendente, nível 9, a ELVIRA BAPTISTA MACHADO, matrícula nº. 8.879, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 008.117/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, WAGNER DE ANDRADE, do cargo de Oficial de Administração, Nível 14-B, matrícula nº. 11.540, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 14 de abril de 1978.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 121.313/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOSÉ RORIZ TORMIM, do cargo de Agente de Polícia, Classe «C», Código PC-205.3, matrícula nº. 21.048, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 3 de maio de 1978.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 8.110/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JARBAS FREITAS BERNARDES, do cargo de Escriturário, nível 8-A, matrícula nº. 13.125, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 258.240/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº. 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, nível 5, a ANTONIO TITO DO PRADO, matrícula nº. 249, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº. 121.342/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOSAPHÁ MAGALHÃES DANTAS do cargo de Agente de Polícia, Classe «C», Código PC-205.3, matrícula nº. 20.049, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 4 de maio de 1978

Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 9.243/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos Termos da Lei Complementar nº 30 de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Elementar nível 13-B, CLELIA MACRINI LEITE MOREIRA, matrícula nº 8.601, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 9.232/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30 de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Oficial de Administração, nível 16-C, a ANTONIO RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 16.179, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008. 777/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA; nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar Rural, Nível 03, a CÍCERO BERNARDO DA COSTA, matrícula nº

1.569, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar RITA MOTA GOMES, Professor do Ensino Elementar Nível 13-B, matrícula nº. 3.527, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-04, de Assistente da Divisão de Reconhecimento e Inspeção, do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria de Educação e Cultural do Distrito Federal.

Distrito Federal, 23 de maio de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, LILIAN RODRIGUES RIOS, Técnico em Assuntos Educacionais, código NS-718.7, matrícula nº 4.125, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-04, de Assistente da Divisão de Reconhecimento e Inspeção do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Distrito Federal, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

Secretaria de Saúde

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, Inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar, DEIGMA MARIA SILVA TURAZI, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-08, de Secretário Datilógrafo, do Núcleo de Planejamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, Inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, EDLEUZA MARIA DE SOUZA, matrícula nº 19048, da Função em Comissão, Símbolo FC-8, de Secretária Datilógrafa, do Núcleo de Planejamento da Secretaria de Saúde, a partir de 17 de maio de 1978.

Brasília, 24 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

Secretaria de Serviços Sociais

DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a servidora ANGELA MARIA DE ALMEIDA LINS LEITÃO, matrícula nº. 18.813, da Função em Comissão, símbolo FC-04, de Assistente do Gabinete da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Distrito Federal, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, FRANCISCA DE ASSIS FEITOSA DOS SANTOS, Agente de Polícia «C», Código PC-205.3, matrícula 33.795, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Assistência ao Interno, do Núcleo de Custódia de Brasília, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHOS

PARECER Nº: 475/78

PROCESSO Nº: 001.612/78
INTERESSADO: CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA e AGRONOMIA.
ASSUNTO: Of. nº 069/78 - CONFEA

Reitera interesse do Conselho adquirir terreno da FSS, situado no SEP-NORTE.

EMENTA:

São disponíveis os bens de uma fundação, quer seja particular, quer seja pública ou administrativa, observadas as regras especiais que a regem. Excetuam-se, apenas, os bens com que foi dotada pelo instituidor, e as coisas, clausuladas de inalienabilidade, oriundas de deixas ou doações posteriores ao ato da instituição.

A inalienabilidade não é absoluta.

A alienação dos bens disponíveis das fundações criadas pelo Distrito Federal far-se-á pela forma e pelo modo previstos em suas normas.

Senhor 3º Subprocurador Geral.

RELATÓRIO

1. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) se propõe comprar à Fundação do Serviço Social (FSS) o lote «A» da quadra 508 do SEP-Norte, situado nesta cidade, conforme se verifica do ofício de fls. 1-2 dirigido ao Secretário de Serviços Sociais. Essa autoridade pediu pronunciamento da Procuradoria-Geral, às fls. 3:

> «À Douta Procuradoria Geral: A Secretaria de Serviços Sociais não dispõe de Setor Jurídico próprio. Diante disso, submeto à apreciação da Douta Procuradoria Geral, o ofício de número 069/78, de 23 de janeiro - CONFEA -, peça 01 e 02 do presente processo e indago quanto: Se os dois órgãos interessados na compra e venda, respectivamente, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA - e Fundação do Serviço Social, podem consumar a transação do referido imóvel com dispensa de Licitação Pública. Brasília, 30 de janeiro de 1978. MARIVAL PEREIRA TAPIOCA. Secretário de Serviços Sociais".

Às fls. 4v. solicitamos juntada aos autos de cópia autenticada do título aquisitivo do imóvel, para que pudéssemos particularizar nosso parecer. Ao invés disso, o processo voltou sem o documento pedido, sendo-nos postulado exame e opinião, em tese, sobre a possibilidade legal de alienação de imóveis pela FSS sem licitação pública (fls. 7v.).

PARECER

2. Para responder à consulta será desnecessário: a) - discutir, para acolhê-la ou infirmá-la, a dicotomia fundação privada-fundação pública ou administrativa; b) - intentar esforço de enquadramento à estrutura da administração pública da fundação instituída pelo Estado, já que ela parece ali, hoje, como uma excrescência, em virtude do disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969. O que importa, realmente, para o caso, é convir que mesmo como órgão paraestatal a fundação não foge jamais àquilo que é da essência desses entes à luz do Código Civil, embora, quando revestida de natureza paraestatal, deva, como delegatária de atividade pública, catar respeito a prescrições administrativas, entre essas, por exemplo, as tocantes à aquisição ou alienação de bens.

3. A propósito, eis o que dispôs o Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, em seu:

> «Art. 86 - As sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações do Distrito Federal baixarão, através dos respectivos órgãos competentes, suas próprias normas relativas a licitações para compra e alienação de bens e contratação de obras ou serviços".

Atendendo à prescrição supra, a FSS, por seu órgão competente, baixou a Resolução nº 56, de 14 de julho de 1972, da qual merecem destaque os preceitos seguintes:

> «Art. 38 - A alienação de bens imóveis da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal será autorizada pelo Conselho Deliberativo e dependerá sempre de parecer do órgão responsável pelo patrimônio quanto oportunidade e conveniência».
>
> «Art. 39 - A alienação dos bens imóveis, a que se refere o Art. 37 só poderá ser efetuada mediante autorização expressa do Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Os dispositivos acima dão a entender que é permitido alienar todo e qualquer de seus bens. Pensamos que a amplitude a que conduz a interpretação literal da disposição entra em choque com o que tem de singular a fundação. E o ponto em foco tem que ver com a consulta, como se demonstrará.

4. Qualquer que seja a origem de uma fundação (privada ou pública), ela é sempre um patrimônio personificado, a teor do disposto no art. 24 do C.C., que diz:

«Art. 24 - Para criar uma fundação far-lhe-á o seu instituidor, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que a destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la».

Portanto, o ente de que se trata consiste em vinculação de bens ao atingimento de fim estabelecido pelo instituidor. Como então permitir diminuição do patrimônio vinculado? Permití-lo implicaria em prejuízo da concretização da idéia transfigurada no patrimônio deixado ou doado. Assim sendo, a inalienabilidade desses bens decorre da própria natureza da fundação. Tanto é defeso aliená-los como desviá-los de seu fim. Ao nosso ver, a inalienabilidade é restrita às coisas vinculadas pela deixa ou doação do instituidor; não se estende às demais, salvo quando se cuide de bem oriundo de legado ou doação gravado de inalienabilidade, e posterior ao ato da instituição.

5. Cumpre esclarecer que a afirmada indisponibilidade é relativa. Com efeito, demonstrada a conveniência e utilidade da alienação poderá a autoridade judicial, ouvido o Ministério Público estadual, consentir em ato alienatório com subrogação.

6. Estivemos discorrendo em tese. Consequentemente, o que foi dito aplica-se a qualquer fundação, ou seja, também às que foram criadas pelo Distrito Federal, entre as quais se conta a FSS. Por isso, antes de mais nada, sua administração deve verificar se o imóvel pretendido pelo CONFEA é disponível; se for, a alienação far-se-á com observância das normas traçadas pela Resolução, nos preceitos acima transcritos.

Mas como? Através de licitação ou sem ela?

A FSS se impôs a regra da alienação através de licitação, sejam os bens móveis ou imóveis (art. 37, § 1° e 2° da Resolução). Atendendo a que no procedimento alienatório aplicam-se as normas previstas para aquisição (§ 1° do art. 37), poderá ser dispensada a licitação com arrimo no preceituado no art. 2° II, c, já que o CONFEA é pessoa jurídica de direito público interno («Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, "a" — C.F.) e franquia postal e telegráfica". — Art. 80 da Lei n° 5.194, de 24/12/66).

7. Ante o exposto e aduzido, vamos resumir e concluir:

Primeiro, os bens integrantes de dotação feita pelo instituidor de uma fundação, qualquer que seja a origem dela, são inalienáveis, porque vinculados à consecução do fim da entidade;

Segundo, os demais bens são disponíveis, salvo quando se tratar de coisa gravada de inalienabilidade em ato de doação ou em testamento;

Terceiro, os bens disponíveis das fundações instituídas pelo Distrito Federal serão alienados pela forma e pelo modo previstos nas normas que se tenham imposto, em atendimento ao preceituado no art. 38 do Decreto n°. 1.703/71;

Quarto, se o bem for disponível, a alienação far-se-á através de licitação, podendo, porém, ser ela dispensada porque o CONFEA é pessoa jurídica de direito público interno.

Antes de rematar, uma observação e uma advertência.

Parece ter-se generalizado entre certos entes da administração indireta a crença de que a orientação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é o sal da terra. Daí remessa de seus problemas à consideração desse órgão: a) - com saturação da pauta de nossos serviços; b) - com **capitis diminutio** para os juristas contratados pela administração indireta, aos quais se pode até chegar ao exagero de denegação do direito ao exercício da função. Cumpre advertir (se é que isso pode deter o saturante fluxo de processos) que os entendimentos deste órgão não são vinculativos nem eximentes de responsabilidade. Em hipóteses como a dos autos, o administrador discreto e prudente, após audiência de seus assistentes jurídicos, se resguardaria ouvindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal e, em caso concreto, o Ministério Público local.

Brasília, 24 de abril de 1978.

HELION MOREIRA SILVA
Procurador do Distrito Federal

Exmo. Sr. Procurador-Geral.

Submetemos à elevada apreciação de V. Exa. o Parecer n°. 475/78, emitido pelo ilustre Procurador Dr. Helion Moreira Silva, no processo n°. 001612/78, que subscrevemos.

Face à observação final do parecerista quanto ao não previo exame do assunto pelo órgão jurídico, ou pelos assessores jurídicos da Fundação interessada, entendemos, também, que apesar da Procuradoria-Geral ser o órgão central do sistema jurídico, conveniente seria que os órgãos da administração indireta manifestassem seus entendimentos, que em caso de dúvida, seriam objeto de apreciação por esta Procuradoria, s.m.j.

Brasília, 04 de maio de 1978.

OCTÁVIO LEITE DE SOUZA
3° Subprocurador Geral

Senhor Governador:

Aprovo o Parecer 475/78 - 3ª. SPRG, na forma do encaminhamento do Ilmo°. Sr. 3°. Subprocurador-Geral.

Trata o processo de venda do lote A-Q 508 - SEP - Norte da Fundação do Serviço Social ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA. O processo foi remetido à Procuradoria Geral pelo Exm°. Sr. Secretário de Serviços Sociais para exame da possibilidade legal da «transação do referido imóvel com dispensa de Licitação Pública». (fls. 3).

Como a efetivação da venda do imóvel à Fundação do Serviço Social não foi ainda efetivada (fls. 6), foi emitido Parecer que examinou apenas a disponibilidade dos bens das Fundações em geral, notadamente daquelas integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

O douto Parecer conclui serem, a - inalienáveis os bens integrantes da dotação feita pelo instituidor, qualquer que seja a origem da Fundação, em face da vinculação aos fins, b - disponíveis os demais, excetuados os recebidos com cláusula de inalienabilidade, c - os bens disponíveis das Fundações instituídas pelo Distrito Federal alienáveis na forma do artigo 86 do Decreto n° 1.703, de 31.5.71, acrescentando que no presente caso deve ser atendida a Resolução n° 56, de 14.7.72, da Fundação do Serviço Social e finalmente é pela necessidade de licitação, podendo ser ela dispensada no presente processo em razão de ser o CONFEA autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público.

Salientam o Parecer e o despacho do Ilmo°. Sr. 3° Subprocurador-Geral, entendimento que também ratifica a necessidade de os órgãos jurídicos das diversas entidades componentes da Administração do Distrito Federal serem chamados a emitirem suas opiniões nos negócios internos, ficando a Procuradoria Geral para dirimir dúvidas, ressalvada, naturalmente, a orientação que lhe atribui o Regimento.

A observação do ilustre parecerista quanto à audiência prévia do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do Ministério Público, para o caso em apreciação, no meu entender é questão de mera conveniência administrativa.

À consideração de Vossa Excelência em, 11 de maio de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo com o parecer da P.R.G — À Secretaria de Serviços Sociais.

Em 12/05/78

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 024.446/77
INTERESSADO: ANTONIO LUIZ FERREIRA
Mat: 330-CLT/FSS-DF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

«À Secretaria de Administração:

Para as providências quanto ao atendimento.»

Em, 17/05/78.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

E.M.
N°. 30/78-SEA
Brasília, 22 de maio de 1978

Excelentíssimo Senhor Governador:

Ao aproximar-se o término do prazo de afastamento - 30 de junho de 1978 - dos servidores do Distrito Federal que se acham à disposição de órgãos e entidades da Administração Descentralizada do próprio Distrito Federal e das Administrações Direta e Indireta da União, de Estados e Municípios, necessário se torna sejam adotadas providências que venham a evitar dificuldades de última hora, não só para as autoridades requisitantes, como também para os próprios servidores interessados.

Assim, atendendo à necessidade de se adotar, desde já, uma posição com relação ao problema, proponho a Vossa Excelência que, mantidas as condições iniciais, sejam prorrogadas, até 31 de dezembro de 1978, as requisições de funcionários do Distrito Federal não incluídos no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei n°. 5.920, de 19 de setembro de 1973. Já com relação a estes últimos, a minha proposta é de que somente sejam prorrogadas até 31 de dezembro de 1978 as requisições atendidas com base no que dispõem os §§ 1°. e 2°., do artigo 8°., do Decreto-lei n°. 1.360, de 22 de novembro de 1974.

Por outro lado, face à carência de condutores de veículos e de servidores administrativos com que se depara a Administração local, proponho à Vossa Excelência sejam excluídos da prorrogação acima mencionada os ocupantes dos cargos de Motorista, Oficial de Administração, Assistente de Administração, Escriturário e Escrevente Datilógrafo, que se encontram colocados à disposição de outros órgãos e entidades com ônus para o Governo do Distrito Federal.

No que diz respeito à prorrogação de requisições de servidores regidos pela Legislação do Trabalho, minha proposta é no sentido de que, à vista de consulta do órgão ou entidade requisitante, cada caso seja examinado em separado pelo órgão ou entidade empregadora e submetido, através da Secretaria de Administração, à decisão final de Vossa Excelência.

Caso Vossa Excelência esteja de acordo com as proposições constantes desta exposição, a Secretaria de Administração tomará, junto aos órgãos e entidades interessadas, as necessárias providências.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e profundo respeito.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo, na forma proposta.
À SEA para as medidas complementares.
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO N°: 002.578/77
INTERESSADA: MARIA MARLENE ALMEIDA MIRANDA-Mat. 33.749-SEP
ASSUNTO: RECURSO SOBRE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Senhor Governador:

No presente processo a servidora MARIA MARLENE ALMEIDA MIRANDA, Datiloscopista Policial, Classe "A", Código PC-206.1, matrícula n°. 33.749, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, recorre à Vosssa Excelência da Decisão proferida pelo Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos-CCAC, na 1.117ª. Reunião, quando apreciou o contido nos autos n°. 008.938/76.

A recorrente insurge contra a retificação objeto do Edital n°. 004/76-CSP, através do qual foi deslocada do 25°. (vigésimo quinto) lugar no processo seletivo referente à classificação dos candidatos à transformação ou transposição de cargos para as Categorias Funcionais de Escrivão de Polícia, Agente de Polícia e Datiloscopista Policial do Grupo Polícia Civil, Código PC-206.1, para o 41°. (quadragésimo primeiro) lugar, alegando que tal fato acarretou-lhe prejuízo em seu aproveitamento.

Acrescentou a recorrente em sua petição, que dados importantes como a data de sua admissão e o seu tempo de efetivo exercício, não foram levados em conta, e ainda, colocou em dúvida o cumprimento, por parte da Administração, das disposições contidas no art. 12,

parágrafo único, do Decreto nº. 2.373/73, sob a alegação de que o número de sua matrícula é menor do que as dos demais servidores melhores classificados, fato que leva ao entendimento de que o seu tempo de serviço é maior do que os dos outros concorrentes.

Os dados relacionados aos itens VI, VII, VIII e IX do art. 12, do Decreto nº. 2.373/73, apresentados no Edital nº. 04/76-CSP, estão corretos conforme informações contidas nos presentes autos.

O Edital nº. 04/76-CSP corrigindo o erro constante do Edital nº. 03/76-CSP é perfeitamente legal.

Diante do exposto e sendo correto o critério adotado pela Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria, quanto à classificação da interessada constante do Edital nº. 04/76-CSP, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência opinando pelo não acolhimento do recurso.

Brasília, 08 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Indefiro face o exposto acima.
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 121.313/78
INTERESSADO: JOSÉ RORIZ TORMIM - Mat. Nº. 21.048-SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 19 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 8.110/78
INTERESSADO: JARBAS FREITAS BERNARDES
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 15 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 121.428/78
INTERESSADO: ANTÔNIO JOSÉ MACHADO FORTUNA - Mat. 20.054-SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata o presente de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 22 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 121.035/78
INTERESSADO: MILTON NETTO - matrícula nº. 20.505 - SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 15 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 52.564/78
INTERESSADO: EZIO VICTOR PIMENTA - Mat. nº. 7.748-SEF
ASSUNTO: EXONERAÇÃO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 17 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato
Brasília, 22 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº 7577/78
INTERESSADO: CARLOS ALBERTO RIBEIRO — Soldado BM
ASSUNTO: Aviso: Nº. 15/78—Ministro Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República requesitando o referido Soldado BM.

DESPACHO:

De acordo. Autorizo. Publique-se.

Remeta-se o presente processo ao Secretário de Segurança Pública para proceder a apresentação do Bombeiro Militar em questão.

Brasília, DF, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 6.671/78
INTERESSADO: JOÃO BATISTA DE LIMA - Mat. 14.723-SEF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo único, do artigo 3º., do Decreto nº. 2.628/74, com prejuízo dos seus vencimentos e vantagens e enquanto perdurar a investidura no cargo de Assessoramento Superior que irá exercer naquele Ministério.

Brasília, 17 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 428.493/78
INTERESSADO: JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI - Mat. 7.869-SEC
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI, Professora de Ensino Médio, Código MG 1.02.19, matrícula nº. 7.869, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal e Diretora Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, solicita sua dispensa de ponto, por ter participado do ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO, realizado no Rio de Janeiro-RJ, no período de 24 a 29 de abril de 1978.

O Secretário de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2º. do Decreto nº. 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto no período referido, desde que a servidora comprove o seu comparecimento ao evento, nos termos do artigo 1º., do Decreto mencionado.

Brasília, 19 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 008.478/78
INTERESSADO: NILO EDGAR JARDIM - Mat. 8.791
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO

Senhor Governador:

Em decorrência da E.M. nº. 49/77-SEA, publicada no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº. 246, de 28 de dezembro de 1977 foi autorizada a prorrogação de requisição do funcionário NILO EDGAR JARDIM, Assistente Social, Classe "A", Código NS-721.1, matrícula nº. 8.791, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para o Estado do Rio Grande do Sul, até 30 de junho de 1978.

Através do OF.GG/SCC/SA.138/78, de 10 de abril de 1978, solicita o Senhor Governador daquele Estado, prorrogação de requisição, além do prazo concedido, do servidor acima referido.

Diante do exposto submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, propondo seja autorizada a prorrogação de requisição do funcionário acima classificado até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 17 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo. Oficie-se.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 545.108/78
INTERESSADO: LUIZ TORQUATO DE FIGUEIREDO - Insc. 101.335-01 FHDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

LUIZ TORQUATO DE FIGUEIREDO, Médico, inscrição nº. 101.335-01, contratado da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, solicita sua dispensa de ponto, para participar do "III CONGRESSUS LATINUS ET PORTUCALENSIS REUMATOLOGIAE", a ser realizado em Lisboa-Portugal, no período de 9 a 12 de outubro de 1978.

O Secretário de Saúde manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2º. do Decreto nº. 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a dispensa de ponto no período referido, desde que comprove seu comparecimento ao evento, nos termos do artigo 1º., do Decreto mencionado.

Brasília, 19 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 009.360/78
INTERESSADO: ORDEM ROSACRUZ (AMORC)
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

A ANTIGA E MÍSTICA ORDEM ROSAE CRUCIS (AMORC) GRANDE LOJA DO BRASIL, em expediente datado de 24 de abril do corrente ano, solicita a dispensa de ponto aos funcionários do Governo do Distrito Federal, para participarem de uma de suas Convenções Nacionais da Organização, a ser realizada em Curitiba-PR., no período de 25 a 28 de outubro de 1978.

O caso em tela está previsto dentre os afastamentos consoante o disposto no Decreto nº. 2.814, de 31 de dezembro de 1974.

Tendo-se em vista a natureza do evento e por ser de interesse geral torna-se desnecessário consultar as várias Secretarias.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja autorizada a liberação de ponto no período referido, aos servidores que, comprovadamente, comparecerem ao evento, nos termos do artigo 1º. do Decreto mencionado.

Brasília, 17 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 007.576/78
INTERESSADO: ANÍSIA MARIA DOS SANTOS - Insc. nº. 81.324-CLT/FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, em caráter excepcional, sem prejuízo dos seus salários, até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 17 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 010.321/78
INTERESSADO: AMENAR COSTA SANTOS - Mat. 7.997-SEC
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, em caráter excepcional, sem prejuízo de seus vencimentos, até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 22 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 121.342/78
INTERESSADO: JOSAPHÁ MAGALHÃES DANTAS - Mat. Nº. 20.049-SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 22 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 427.605/78
INTERESSADO: STELLA MARIA DE CÓRDOVA - Ins. 96.863-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

Trata o presente processo de solicitação de dispensa de ponto à servidora STELLA MARIA DE CÓRDOVA, Professor de Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "C", inscrição nº. 96.863, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, por ter participado do IV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO MUNICIPAL, realizado em Natal-RN, no período de 03 a 07 de abril próximo passado.

A Secretaria de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do Decreto nº. 2.814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja considerada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período referido, nos termos do artigo 1º., do Decreto mencionado, desde que comprove seu comparecimento.

Brasília, 19 de maio de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 23 de maio de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 03 DE MAIO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores VILMAR OLIVA DE SALLES, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 18.104, JEOVANIO DIAS MONTEIRO, Assistente Técnico, matrícula nº 19.025, ALFREDO MACHADO FILHO, Chefe da Seção de Cadastro, matrícula nº 18.395, e DORA VIANA MANNATA, Diretora do Complexo "B", para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão encarregada do Recebimento Definitivo da Obra de Construção de uma Escola Modulada, na QSD-33, conforme Tomada de Preços nº 009/76-CL-RA-III.

Taguatinga-DF, 03 de maio de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE MAIO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 267.686/77,

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma CIVISA – ENGENHARIA CIVIL E SANITARIA LTDA, iniciar a construção de 01(uma) Escola Modulada, e sua urbanização, bem como a urbanização de 01(uma) praça situada na QSE – 12/14, conforme Tomada de Preços nº 043/77-CL-RA-III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF, 04 de maio de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE MAIO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 267.686/77,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do ítem I do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977, RAIMUNDO NONATO BRANDÃO FILHO, Assistente Técnico, matrícula nº 19.287, para EXECUTOR dos serviços de construção de 01(uma) Escola Modulada, e sua urbanização, bem como a urbanização de 01(uma) praça, situada na QSE-12/14, de acordo com as especificações estabelecisdas na Tomada de Preços nº 043/77-CL-RA-III.

Esta ORDEM DE SERVIÇO entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF, 04 de maio de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MAIO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processso nº 256.891/78,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do Item I do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977, JOSÉ BONIFÁCIO MATIAS, Engenheiro Civil da FEDF, para EXECUTOR das Obras de Reforma da EC-26, situada na AE 5/7 da CNJ-3, desta Cidade Satélite, de acordo com as especificações estabelecidas no Convite nº 03/78-CL-RA-III.

Esta ORDEM DE SERVIÇO entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF, 05 de maio de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MAIO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vissta o que consta do processo nº 256.891/78,

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma MANIL CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, iniciar as obras de reforma da EC-26, situada na AE 5/7 da CNJ-3, desta Cidade Satélite, conforme Convite nº 03/78-CL-RA-III.

ESTA ORDEM DE SERVIÇO entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga-DF, 05 de maio de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE ABRIL DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº. 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores JOÃO EUSTÁQUIO CORREIA, Assistente Técnico, matrícula nº. 18.771, JOSÉ PAES GONÇALVES, Diretor de Administração Geral, matrícula nº. 11.420, JEOVÂNIO DIAS MONTEIRO, Assistente Técnico, matrícula nº. 19.025, e MARIA DO SOCORRO BARBOSA ARAÚJO, Secretária Datilógrafo, matrícula nº. 12.329, para comporem sob a presidência do primeiro a Comissão de Licitação de que trata o processo nº. 257.902/78.

Taguatinga-DF, 06 de abril de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

DESPACHO

Processo nº: 258.965/78
Interessado: Divisão de Obras Públicas
Assunto: Convite nº. 15/78

DESPACHO:

Nos termos do que estabelece o Decreto nº. 1.703 de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o constante do processo nº. 258.965/78, HOMOLOGO o resultado do Convite nº. 15/78-CL-RA-III, a favor da firma BRASÍLIA AJARDINAMENTO LTDA.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências necessárias.

Taguatinga-DF, 19 de maio de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 26 DE MAIO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º., inciso 1, do Decreto «E» nº. 340 de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar o servidor ERCOLIS ANTONIO MILANEZ, matrícula nº. 8.933, Chefe da Seção de Mecânica, Símbolo FC-06, da Divisão de Oficinas da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, desta Secretaria, a viajar à cidade de Goiânia-GO, no período de 29 de maio a 03 de junho do corrente ano, a serviço desta Secretaria.

Brasília, 26 de maio de 1978
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

CANCELAMENTO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

Matrícula: 01.616
Servidor: João Batista de Paula
Proc.: 010.106/78
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. sua dependente: MARIA DAS GRAÇAS DE PAULA, filha, nascida em 17-01-62 por ter a mesma contraído matrimônio em 25-02-78 conforme consta da Cert. de Casamento anexa e o cancelamento a partir de março/78.

Matrícula: 04.949
Servidor: Francisca das Chagas Santos Mousinho
Req. 139/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. seu dependente: EDILSON DOS SANTOS MOUSINHO, filho, nascido em 18-05-57 por ter o mesmo completado maior idade conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir de junho/78.

Matrícula: 09.968
Servidor: Iracino de Souza Lôbo
Proc.: 009.040/78
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. seu dependente: VALDIR JOSÉ LÔBO, filho, por ter o mesmo rendimentos próprios desde 11-12-77 conforme consta da Declaração da "MOTO AGRICOLA SLAVIERO S.A." e o cancelamento a partir de dez/77.

Matrícula: 11.551
Servidor: Jovercílio Ângelo da Silva
Req.: 135/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor pelo seu dependente: WILSON ANGELO A. DA SILVA, filho, nascido em 05-07-55 por ter o mesmo completado maior idade conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir de agosto/76.

Matrícula: 11.553
Servidor: Arnaldo Pereira da Silva
Req. 136/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO o Salário-Família do servidor ref. seu dependente: MARCOS A. FERREIRA DA SILVA, filho, nascido em 08-08-55 por ter o mesmo completado maior idade e o cancelamento a partir de setembro/76.

Matrícula: 13.282
Servidor: Walter dos Santos
Req. 138/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. seu dependente: LUCIVALDO GOMES DOS SANTOS, filho, nascido em 15-05-57 conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir de junho/78.

Matrícula: 14.273
Servidor: Bernardelle Gifoni Gomes
Req. 134/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. seu dependente: JORGE GIFONI GOMES, filho, nascido em 23-04-57 por ter o mesmo completado maior idade conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir de maio/78.

Matrícula: 14.593
Servidor: Osvaldo Soares de Oliveira
Req. 133/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do Servidor ref. seu dependente: WAGNER SOARES DE OLIVEIRA, filho, nascido em 20-04-57 conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir de maio/78.

Matrícula: 15.695
Servidor: Alberto Francisco de Paula
Req. 131/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. seu dependente: INÁCIO FRANCISCO DE PAULA, filho, nascido em 25-03-56 por ter o mesmo completado maior idade conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir junho/78.

Matrícula: 16.309
Servidor: José Lopes Côrtes
Req.: 132/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. seu dependente: FRANCISCO LOPES, filho, nascido em 15-01-57 conforme consta em seus assentamentos funcionais e o cancelamento a partir de fev./78.

Brasília, 18 de maio de 1978

EMÍLIA FARIA
Seção de Pessoal-DAG-SEA
Chefe

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 22 DE MAIO DE 1978

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3° do Decreto n°. 3.466, de 7 de dezembro de 1976, tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentissimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no Processo n°. 09.333/76,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 3°, do Decreto n°. 3.466, de 7 de dezembro de 1976, a Gratificação de Representação de Gabinete ao servidor SEBASTIÃO RODRIGUES CALAZANS, Agente Administrativo, Código SA-401.3, Classe «B», matrícula n°. 15.005, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pelo encargo de Auxiliar «B», no valor de Cr$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros).

Distrito Federal, 22 de maio de 1978.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO N°: 052706/77
INTERESSADO: FRIVAP - Frigoríficos Vale do Parnaíba S/A
ASSUNTO: Interpretação e cumprimento do art. 52 e seus parágrafos do Decreto-Lei n° 82/66.
GÊNERO: CONSULTA N° 022/78 - DT (401)

A Consulente, com inscrição no GDF, n° 070609632, com atividade de venda de carne verde e salgada de bovinos e suinos e de outros produtos, inclusive mercearia, formula consulta sobre a interpretação do art. 52 e seus parágrafos.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias possui uma vasta legislação, no entanto, no tocante ao fato gerador do ICM, tanto a Emenda Constitucional n° 18, de 1965 (art. 12) como a Constituição de 1967 (art. 24-II) e a Emenda Constitucional n° 01 de 1969 (art. 23-II), ativeram-se a fórmula genérica de operações relativas a circulação de mercadorias.

Dilatou-se, assim, o campo de incidência do imposto, possibilitando na cobrança em qualquer operação que signifique circulação de mercadorias, desde que realizada por comerciante, industrial ou produtor, pouco importando a tipificação jurídica dessa operação.

Veremos que o art. 52, revogado pelo art. 13 do Decreto-Lei n° 406, de 31/12/1968, assim dispõe:

> «Art. 1°. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias tem como fato gerador:
>
> I - a saída de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;
>
> II - a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de mercadoria importada do exterior pelo titular do estabelecimento;
>
> III - o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.
>
> § 1°. Equipara-se à saída a transmissão da propriedade da mercadoria, quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.
>
> § 2°. Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:
>
> I - no momento da saída da mercadoria do armazém geral ou de depósito fechado, salvo se para retornar ao estabelecimento de origem;
>
> II - no momento da transmissão de propriedade da mercadoria depositada em armazém geral ou depósito fechado.
>
> § 3°. ...».

O ICM é não cumulativo, é uma característica importante deste imposto, que a incidência ocorre apenas sobre o valor agregado, ou acrescido à mercadoria, em cada operação, conforme preceitua o art. 23 da Constituição de 1969:

> «Art. 23. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
>
> II - Operações relativas à circulação de mercadorias realizadas por produtores, industriais e comerciantes, impostos que não serão cumulativos e dos quais se abaterá nos termos do disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou por outro Estado».

No caso da consulta, nas entradas e saídas de carne verde e salgada de bovinos e suínos, foi verificada «in loco», conforme informação de fls. 06, que as mercadorias citadas são procedentes do Estado de Goiás. No caso a consulente se credita do ICM nas entradas de mercadorias, destacado nas notas fiscais, reduzindo a base de cálculo conforme Convênio AE-1/73 e, ainda, a redução do Convênio ICM n° 44/76.

Os diplomas legais que dispõem sobre a redução da base de cálculo nas saídas de carne verde e de outros produtos da respectiva matança e sobre o estabelecimento varejista, são os seguintes:

Convênio AE-1/73, firmado no Rio de Janeiro, em 11.01.73, mantém a isenção prevista na alínea «b» cláusula primeira do VI Convênio do Rio de Janeiro de 01.08.69, e reduz a base de cálculo do ICM nas operações de saída de gado bovino e de carne bovina verde, resfriada ou congelada, bem como dos produtos comestíveis de sua matança em 63%, tanto nas operações interestaduais quanto nas operações internas. Na Região Centro Sul a redução nas operações internas será de 67,7%, aprovado pelo Decreto n° 2.183/72, de 23.01.73.

Além da redução da base de cálculo, prevista no Convênio AE-1/73, os signatários também poderão se beneficiar dos favores fiscais previstos no Convênio ICM n° 44/76, cláusula primeira e parágrafos 1° e 2°.

O Distrito Federal, unidade da Federação preponderantemente consumidora de carnes e outros produtos comestíveis da respectiva matança, optou apenas pela concessão da isenção; o que foi formalizado através do Decreto n° 1.051, até 30.11.69, com vigência prorrogada, sucessivamente, por diversos convênios, que foram aprovados mediante decretos baixados pelo Poder Executivo local. Assim sendo, não há como falar em redução de base de cálculo para tais produtos no D.F.

Incidirá o imposto, na saída para consumidor final dos produtos não considerados «in natura», ou seja, aqueles submetidos a salga, secagem ou desidratação.

O VI Convênio do Rio de Janeiro, definiu o que seja estabelecimento varejista, ao preceituar em seus parágrafos 1° e 2° da Cláusula 1ª., **in verbis:**

> § 1°. Entende-se como estabelecimento varejista a que alude a letra «b», aquele que se dedique a venda a retalho das mercadorias mencionadas, diretamente a consumidor.
>
> § 2°. Para os efeitos previstos, não perde a condição de varejista o estabelecimento que efetuar saídas, nas condições do parágrafo anterior, com destino a hotéis, pensões, restaurantes, hospitais e colégios.

O Convênio AE-1/73, estipulou que as reduções acima referidas, aplicam-se tão somente às saídas de mercadorias «in natura». Posteriormente, o Convênio AE-10/75, alterando o Convênio AE-1/73, dispõe no sentido de que não considera «in natura» o produto submetido a salga, secagem ou desidratação.

Ainda, há de se esclarecer, que como nas saídas de carne verde, resfriada ou congelada, de bovinos e suinos, para consumidor final não haverá débito de ICM; a consulente deverá proceder ao estorno do que se creditou, na mesma proporção das saídas isentas ou não tributadas.

No novo Regulamento do ICM, aprovado pelo Decreto n° 3992/77, com vigência a partir de 01/01/78, as operações relativas a carne verde de bovinos e suinos, têm tratamento tributário previsto no Capítulo III do Título III E NA Portaria n° 008/78 - SEF.

Assim, as saídas de carne verde **resfriada** ou congelada, de bovinos efetuadas por estabelecimentos varejistas, estão isentas do imposto. Entende-se como estabelecimento varejista o que se dedique a venda da referida mercadoria, a retalho, diretamente a consumidor final. Também estão isentas as saídas dos demais produtos comestíveis resultantes da matança do gado bovino, em estado natural, resfriados ou congelados. A isenção não prevalecerá nas saídas efetuadas diretamente a consumidor final, quando não tiver sido pago o imposto na operação anterior. Neste caso, a base de cálculo será equivalente a 29,60% do valor da operação.

Na operação anterior, acima referida, a base de cálculo do imposto é de 37% do valor da operação, nas saídas internas e interestaduais de carne bovina verde, resfriada ou congelada. A redução também se aplica às saídas dos demais produtos comestíveis resultantes da matança e às saídas subsequentes ao abate, inclusive as transferências entre quaisquer estabelecimentos do mesmo titular. Entretanto a redução não se aplica a carne e gado destinados a salga, secagem ou desidratação, cujo imposto será recolhido por Guia em separado, antes de iniciada a remessa. No caso, a Guia deverá acompanhar as mercadorias, juntamente com a Nota Fiscal própria, para fins de transporte e de aproveitamento do crédito pelo destinatário.

As saídas de carne suína verde, resfriada ou congelada, promovidas por estabelecimentos retalhistas que a tenham adquirido ou recebido por transferência de outro estabelecimento com pagamento do imposto, estão isentas do ICM. A isenção também se aplica às saídas dos demais produtos comestíveis resultantes da matança do gado suino, em estado natural, resfriados ou congelados.

Nas saídas, a varejo, promovidas pelo próprio abatedor diretamente a consumidor final ou a estabelecimento varejista do mesmo contribuinte, dos imposto é o equivalente a 85% do valor da operação.

Nas operações com gado bovino, ovino e caprino, para abate e nas saídas de carne «in natura» resfriada ou congelada, bem como os demais produtos comestíveis da matança, deverá a consulente observar a Portaria n° 008/78-SEF - de 23/02/78, que «dispõe sobre o tratamento tributário do gado bovino, ovino e caprino a ser observado pelos estabelecimentos abatedores, aprova formulários e dá outras providências», mais precisamente o art. 8°, que se refere ao demonstrativo, a ser apresentado até o dia 5 (cinco) de cada mês, na Divisão da Receita do domicílio fiscal do contribuinte, sob pena de incorrer em multa prevista no art. 500 do RICM.

Nas demais operações com carne verde de bovinos e suínos, para as quais não existe tratamento especial, o imposto será calculado aplicando-se ao valor da operação de que decorreu a saída da mercadoria à alíquota de 15% (quinze por cento), prevista no artigo 30 do Regulamento do ICM, aprovado pelo Decreto n° 3.992/77. Em se tratando de operações interestaduais, observar o art. 539 do mesmo Regulamento, que dispõe sobre a redução da base de cálculo para aplicação da alíquota nas operações interestaduais, e o seu parágrafo único que faculta a aplicação de multiplicador sobre o valor da operação, **in verbis:**

> «Art. 539. Neste Regulamento, onde houver referência à alíquota vigente para operações interestaduais, aplicar-se-á a alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo reduzida em 26,666% (vinte e seis inteiros, seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento).
>
> Parágrafo Único - Em substituição ao cálculo a que se refere este artigo é facultada a aplicação do multiplicador de 0,11 (onze centésimos) sobre o valor da operação».

O contribuinte terá que extornar a importância de Cr$ 4.685,53 (quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco cruzeiros e cinquenta e três centavos), sem multa, por ter denunciado espontaneamente o fato, no mês subsequente ao da ciência da resposta à consulta.

A consulente aplicam-se os benefícios do instituto da consulta por se tratar de matéria de natureza controvertida, devendo ser cientificada de que dispõe de um prazo de 30 (trinta) dias para proceder de acordo com a solução dada à sua consulta, nos termos do art. 3° do Decreto n° 3.388/76, aplicando-se-lhe o disposto no art. 144 do Decreto-Lei n° 82/66.

É o Parecer, **sub censura**.

Brasília, em 12 de abril de 1978.

WALTER ALVES DE QUEIROZ
Fiscal de Tributos - «A»
Matr. 8.813

De acordo com o Parecer supra.

Encaminhe-se à Divisão de Tributação.

Em 05 de maio de 1978

SANDRA FURTADO AYRES
Fiscal de Tributos
SOC - DT

Tendo em vista a delegação de competência a mim conferida pela ORDEM DE SERVIÇO N° 25/76-DpR/SEF, de 26 de setembro de 1976, aprovo o Parecer de fls. 22/27, emitido pela Seção de Orientação e Consultas, desta Divisão.

À Seção de Preparo Processual para providenciar a publicação da resposta e ciência do parecer e Decisão à firma FRIVAP-FRIGORÍFICO VALE DO PARANAÍBA S/A.

Após, à Divisão da Receita de Brasília, para as providências que o caso requer.

Brasília-DF, 16 de maio de 1978

CARLOS REGO BARBOSA
Divisão de Tributação
Diretor

PROCESSO N°: 051.459/78
INTERESSADO: ARTE POPULAR BRASILEIRA - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
ASSUNTO: Consulta sobre isenção de ICM
GÊNERO: CONSULTA DT N° 020/78-DT (401)

A peticionária, estabelecida nesta Capital à SCLS-214 Bloco «B» Loja 02 e inscrita no Cadastro Fiscal da SEF sob o n° 070616108, argumentando:

1. ser estabelecida com o ramo de compra e venda de produtos artesanais;
2. ter como objetivo principal, propagar e promover a arte brasileira, principalmente do artesão;
3. adquirir diretamente do artesão seus produtos,

Solicita confirmação de sua condição de isenta do ICM pela venda de produtos do artesanato, com base no «Convênio 32/75 regulamentado pelo Decreto-Lei n° 3068/75 e arts. 347 e 351 do Regulamento do ICM aprovado pelo Decreto n° 3992/77.

É o relatório.

Na vigência, até 31.12.77, do Regulamento do ICM, aprovado pelo Decreto 1697/71, a atividade descrita pela interessada não estava isenta do imposto, pois, na forma do item XVII, do Anexo II daquele ato regulamentar, gozava do benefício da isenção a «saída de produtos confeccionados em residência, sem utilização de trabalho assalariado, **por encomenda direta do consumidor ou usuário**».

O Convênio ICM 32/75, aprovado pelo Decreto n° 3068/75, autorizou os Estados e o Distrito Federal a isentar quaisquer saídas de produtos típicos de artesananto regional. Contudo, tal isenção só foi concretizada com o novo Regulamento do ICM e nas condições previstas no art. 11, item XLVII, «in verbis»:

> «XLVII - a saída de produtos típicos do artesanato, promovida diretamente por artesão, sem estabelecimento fixo, confeccionado pelo próprio artesão, em sua residência, no Distrito Federal, sem a utilização de trabalho assalariado e sem a caracterização de industrialização, como tal definida para efeito do imposto de competência da União sobre produtos industrializados».

Conclui-se assim, à vista dos dispositivos citados, que as operações descritas pela peticionária, não se enquadram na hipótese de isenção.

Por outro lado, não está a consulente, em razão de sua atividade, inserida nas hipóteses do art. 347 do Regulamento do ICM aprovado pelo Decreto n° 3992/77, que dispõe:

> «Art. 347. São isentos do imposto:
> I - as saídas de obra de arte, decorrentes de operações efetuadas diretamente por seus autores; e
> II - as saídas de obras de arte promovidas pelos estabelecimentos que as tenham recebido em consignação, diretamente de seus autores.»

O disposto no mencionado artigo, aplica-se às obras de arte de qualquer natureza, tais como: quadros, pinturas, gravuras, desenhos, siregrafias, esculturas, tapeçarias e talhas. (Art. 350 do RICM).

Observa-se que o citado artigo não deixa dúvidas quanto ao que seja considerado «obras de arte», e ademais há que se interpretar literalmente os dispositivos que disponham sobre outorga de isenção (art. 111 do CTN) não havendo, deste modo, possibilidade de extensão de tal conceito.

Assim, entendemos que não poderá ser considerado como obras de arte, o artesanato comercializado pela consulente.

Outrossim, ressalte-se que o Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto n° 70.162/72, não contempla com o benefício da isenção, as saídas do produto artesanal.

Entendemos, ainda, que a consulente não se caracteriza como estabelecimento similar às galerias de arte, por não ser comerciante de obras de arte.

Face ao exposto, concluimos que inexiste na Legislação Fiscal do Distrito Federal, dispositivo que ampare a pretensão da requerente, motivo pelo qual sujeita-se ao cumprimento das obrigações principal e acessórias pertinentes.

Esclarecemos, oportunamente, que à Consulente não se aplicam os benefícios do instituto da Consulta por não se tratar de matéria de natureza controvertida, devendo ser cientificada de que dispõe de um prazo de 30 (trinta) dias para proceder de acordo com a solução dada a sua consulta, de acordo com o art. 3° do Decreto n° 3388/76, aplicando-se-lhe o disposto no art. 144 do Decreto-Lei n° 82/66.

É o parecer «sub censura».

Brasília, 20 de abril de 1978

MARIA APARECIDA BARBOSA
Fiscal de Tributos
Mat. 8708 - GDF

De acordo com o Parecer retro. Encaminhe-se à Divisão de Tributação.

Em 04 de maio de 1978

SANDRA FURTADO AYRES
Fiscal de Tributos
7.818

Tendo em vista a delegação de competência a mim conferida pela ORDEM DE SERVIÇO N° 25/76-DpR/SEF, de 26 de setembro de 1976, aprovo o Parecer de fls. 05/08, emitido pela Seção de Orientação e Consultas, desta Divisão.

À Seção de Preparo Processual para providenciar a publicação da resposta e ciência do Parecer e Decisão à firma ARTE POPULAR BRASILEIRA-COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Após, à Divisão da Receita de Brasília, para as providências que o caso requer.

Brasília-DF, 16 de maio de 1978

CARLOS REGO BARBOSA
Divisão de Tributação
Diretor

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

Às 15 horas do dia 10 de maio de 1978, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exm°. Sr. Conselheiro João Bispo dos Santos Junior e presentes os Conselheiros Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Luiz Gonzaga Theodoro, Gilberto Alves Nery e Waldir Leoncio Cordeiro Lopes, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da Sessão anterior. No momento destinado a justificativa de faltas usou da palavra o Conselheiro Waldir Leoncio Cordeiro Lopes para justificar sua ausência às Sessões dos dias 2 e 4 do corrente mês por motivo de viagem. Submetida a justificativa ao Plenário foi a mesma unanimemente aprovada. Distribuiram-se os seguintes recursos voluntários n°s. 90/78 e 91/78, sendo sorteados para Relatores os Conselheiros Gilberto Alves Nery e Newton Egydio Rossi, respectivamente. Conferidos os acórdãos n°s. 20/78. 21/78 e 22/78, referentes aos Recursos Voluntários n°s. 263/77, 365/77 e 364/77. Da pauta de julgamento do dia constou: para prosseguimento de votação: RV-190/77, em que é Recorrente Super Mercado Galo Fino Ltda., Recorrida Secretaria de Saúde e Relator o Conselheiro Waldir Leoncio Cordeiro Lopes. A partir deste instante passou a participar dos trabalhos o Conselheiro Newton Egydio Rossi. Solicitou vista dos autos o Conselheiro Amaury Ubirajara da Silva Ramos. RV-254/77, em que é Recorrente Construtora Vargas Junior Ltda., Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator o Conselheiro Newton Egydio Rossi. Tendo em vista a solicitação do Conselheiro Relator o Sr. Presidente adiou o julgamento do presente feito para a próxima Sessão a se realizar no dia 11 próximo vindouro. RV-358/77, em que é Recorrente José Mendes Brandão, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator o Conselheiro Waldir Leoncio Cordeiro Lopes. Tendo em vista a ausência do Conselheiro Waldir Leoncio Cordeiro Lopes que se encontrava em viágem e não tendo oportunidade de receber os autos do recurso acima citado, o Sr. Presidente Adiou o julgamento do presente feito para a Sessão do dia 23 do mês em curso. RV-361/77, em que é Recorrente Polienge S/A - Saneamento e Construções, Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator o Conselheiro Gilberto Alves Nery. Decide a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, sobrestar o julgamento do feito para que a Primeira Instância preste as informações consoante voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. REO-355/77, em que é Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, Recorrido Kazuyoshi Kanno e Relator o Conselheiro Waldir Leoncio Cordeiro Lopes. Tendo em vista a ausência do Conselheiro Relator que se encontrava em viagem e não tendo oportunidade de receber os autos do recurso acima citado, o Sr. Presidente adiou o julgamento do presente feito para a Sessão do dia 23 do mês em curso. Antes de encerrar a Sessão o Sr. Presidente designou os Srs. Conselheiros Amaury Ubirajara da Silva Ramos e Luiz Gonzaga Theodoro, para procederem a atualização da redação do Regimento Interno desta Corte com vista às alterações sofridas. Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra o Sr. Presidente encerrou a Sessão convocando outra, Ordinária, para o dia 11 de maio de 1978, às 15 horas. E, por nada mais constar, eu, Marcia Maria de Araujo Martins, Assistente da Junta, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Conselheiros presentes à Sessão do dia 11 de maio de 1978, data em que foi aprovada.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR - Presidente; DARIONE NUNES CARDOSO - Rep. Fazenda; WALDIR LEONCIO CORDEIRO LOPES - Conselheiro; AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS - Conselheiro; LUIZ GONZAGA THEODORO - Conselheiro; GILBERTO ALVES NERY - Conselheiro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DEPARTAMENTO GERAL DE PEDAGOGIA

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10 DE 09 DE MAIO DE 1978

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO GERAL DE PEDAGOGIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Determinar à Professora NILZA SANTOS GONÇALVES, matricula 03458, que se responsabilize pelo acervo do extinto Ginásio Noturno de Sobradinho - 1, até posterior deliberação.

Distrito Federal, 09 de maio de 1978.

JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Departamento Geral de Pedagogia
Diretora

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11 DE 09 DE MAIO DE 1978

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO GERAL DE PEDAGOGIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço nº 11 de 12 de fevereiro de 1976 do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de maio de 1978

JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Departamento Geral de Pedagogia
Diretora

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 428593/78-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 20/12/77, que designou YOSHIE MIURA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 86.785, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Encarregado do Centro de Ensino de 1º Grau 05 de Taguatinga do Complexo Escolar "B"-Taguatinga do Departamentto Geral de pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-11, a partir da presente data.

Distrito Federal, 09 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
-Diretor-

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DA DIREÇÃO DE PATRIMÔNIO DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 86—Item II do Regimento da Administração Central/FEDF,

RESOLVE:

1—Revogar a ORDEM DE SERVIÇO de 15 de setembro de 1977.

2—Instituir, em caráter permanente, a Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais, para promover, quando necessária, a avaliação de Bens Móveis, considerados servíveis, obsoletos, ociosos e inservíveis, para posterior alienação.

3—Designar, LUIZ ANTONIO DA COSTA, Assistente da DGA/Direção de Patrimônio, inscrição nº 86052; CELSO ARMANDO DE MAGALHÃES, Encerregado da NUTRAN/Oficina da Direção de Serviços Gerais, inscrição nº 85449 e JOSÉ RUELA DE TOLEDO,. Encarregado da NPI/Marcenaria da Direção de Serviços Gerais, inscrição nº 80136, para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão.

4—Indicar, MARIA TEREZINHA ROCHA, Assistente de Administração nº 97426, NILTON DE SOUZA ARAÚJO, Encarregado de Manutenção e Fiscalização de Patrimônio da Direção de Patrimônio, inscrição nº 96334 e GILDA CÂNDIDA DA SILVA, Assessora de Administração, inscrição nº 73554, como membros suplentes.

5—Determinar que está ORDEM DE SERVIÇO entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Brasília-DF., 09 de maio de 1978

TEOTÔNIO CORREIA NUNES
DGA/Direção de Patrimônio
Diretor

De acordo;
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor,

INSTRUÇÃO DE 12 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR—EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e Regimento da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 432588/77-FEDF,

RESOLVE:

1—Constituir Comissão para apurar a responsabilidade de ANTONIO LAURO FERREIRA ARANTES, ex-servidor da Fundação Educacional do Distrito Federal, no período compreendido entre janeiro de 1966 e dezembro de 1969.

2—Designar, os servidores WOLFRAN DE MELO TRINDADE, inscrição nº 80.232, Chefe do Núcleo de Tomada de Contas, símbolo EC-06; ALEIXO MENDES DE CARVALHO, inscrição nº 73.830, Assessor de Administração, EP-15; JOSÉ PEREIRA COELHO, inscrição nº 85.218, Chefe do Núcleo de Contabilidade nº 89.380,. Assistente símbolo EC-05, para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão.

3—Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 12 de maio de 1978

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77 do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 428600/78-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 20/02/78, que designou IVANILDE BONFIM VIEIRA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 93.017, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Encarregado do Centro Educacional 01 de Sobradinho do Complexo Escolar "A"-Sobradinho do Departamento Geral de pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-09, a partir da presente data.

Distrito Federal, 16 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
-Diretor-

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 428988/78-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 19/12/77, que designou HELENA TEREZINHA PORTO, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 95.926, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Agente Setorial de Apoio Pedagógico do Complexo Escolar "A"-Gama do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-09, a partir da presente data.

Distrito Federal, 16 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
-Diretor-

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 429132/78-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeiros da Ordem de Serviço de 06/06/77, que designou REGINA CÉLIA DE MOURA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 86.188, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Secretário do Jardim de Infância 304 Norte do Complexo Escolar "C"-Brasília do Departamento Geral de pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-13.

Distrito Federal, 17 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
-Diretor-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO SEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 426614/78-FEDF,

RESOLVE:

Tornar sem efeiro a Ordem de Serviço de 07/03/78, que designou BERENICE FONSECA DA CUNHA MELO, Professor do Ensino Elementar, nível 13, matrícual nº 04727, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Emprego em Comissão, símbolo EC-09, de Agente Setorial de Apoio Administrativo do Complexo Escolar "A"-Taguatinga do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administação
-Diretor-

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Anexo IV da Resolução nº. 95/76-C.D e Parecer nº. 047/77-P.J-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78, os efeitos da Ordem de Serviço de 13/10/77, que designou GABRIELA ANTÔNIO MACHADO, Professor de Ensino de 1º. e 2º. Graus, Classe "A", inscrição nº. 97.013, para atuar como Responsável pela Escola Classe Monjolo do Complexo Escolar "A" - Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Anexo IV, da Resolução nº 95/76-C.D. e Parecer nº 047/77—P.J-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78,. os efeitos da Ordem de Serviço de 13/10/77, que designou ANISIA CARLOS MAGALHÃES, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus., Classe "A", inscrição nº 96.645, para atuar como Responsável pela Escola Classe Buriti Vermelho do Complexo Escolar "A" Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Anexo IV, da Resolução nº 95/76-C.D.e Parecer nº 047/77-P.J.—FEDF,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78, os efeitos da Ordem de Serviço de 13/10/77, que designou MARIA ALVES DE FREITAS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 92.114, para atuar como responsável pela Escola Classe Palmeiras do Complexo Escolar "A" Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Anexo IV, da Resolução nº 95/76-C.D. e Parecer 047/77-P.J-FEDF ,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78, os efeitos da Ordem de Serviço de 13/10 /77, que designou CORACY CAETANO VASCONCELOS, Professor de Ensino de 1º e 2º .Graus, Classe "A", inscrição nº 91.982, para atuar como Responsável pela Escola Classe Gariru do Complexo Escolar "A" Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Anexo IV, da Resolução nº 95/76-C.D. e Parecer nº 047/77-P.J.-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78, os efeitos da Ordem de Serviço de 13/10/77, que designou TEREZINHA MENDES ROCHA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 98.191, para atuar como Responsável pela Escola Classe Frigorifico Industrial do Complexo Escolar "A" Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Anexo IV, da Resolução nº 95/76-C.D., e Parecer nº 047/77-P.J.-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78, da Ordem de Serviço de 13/10/77, que designou ANGELINA DIAMANTINA DE ABREU, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 95.112, para atuar como Responsável pela Escola Classe Piripipau, II do Complexo Escolar "A" Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Anexo IV da Resolução nº 95/76-C.D. e Parecer nº 047/77-P.J-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, a partir de 28/03/78, os efeitos da Ordem de Serviço de 13/10/77, que designou GILCE BANDEIRA BARROS, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 94.990, para atuar como Responsável pela Escola Classe Capão Seco do Complexo Escolar "A" Planaltina do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº. 01/77 do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº. 428193/78-FEDF

RESOLVE:

Retificar a Ordem de Serviço de 18/04/78, que designou EUNICE ARANTES CARDOSO, Professor de Ensino de 1º .e 2º .Graus, Classe "A", inscrição nº. 95.499, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC-09, de Diretor da Escola Classe 01 do Planalto do Complexo Escolar "C" - Brasília do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, da seguinte forma:

Onde se lê: Ordem de Serviço de 18/04/78;
Leia-se: Ordem de Serviço de 26/04/78.

Distrito Federal, 19 de maio de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO DE 07 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 639.518/78,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora MARIA JOSÉ GOMES DA ROCHA, matrícula nº 50.774, Agente Administrativo SA 501.2—Ref.24, para responder pelo Emprego em Comissão, símbolo EC-10, de encarregado das Copas, da Divisão de Serviços Gerais DEPA/DA, em substituição ao seu titular durante as suas férias regulamentares, no período de 10 a 29.04.78.

Brasília, 07 de abril de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 14 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

ATRIBUIR, ao servidor FERDINAND LINHARES E SILVA, matrícula nº 57.151, Agente Administrativo SA 501.2, Ref. 24, lotado na Secretaria Geral/Unidade do Gabinete da Superintendência, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília, 14 de abril de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 14 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

ATRIBUIR, a servidora ALCINA ROSAS DE AREA LEÃO COSTA, matrícula nº 57.276, Agente Administrativo SA 501.2—Ref.24, lotada na Assessoria de Relações Públicas da Superintendência, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros) nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília, 14 de abril de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 14 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa e tendo em vista o constante do processo nº 638.328/78,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 05.04.78, o servidor JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS, matrícula nº 55.476, Agente Administrativo SA-501.2—Ref.24, do Emprego em Comissão símbolo EC-04, de Chefe da Seção de Tecnologia da Divisão Técnica da Diretoria de Edificações.

Brasília, 14 de abril de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 14 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 638.328/78,

RESOLVE:

ATRIBUIR, a partir de 05.04.78, ao servidor JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS, matrícula nº 55.476, Agente Administrativo SA 501.2—Ref. 24, lotado na Divisão Técnica, da Diretoria de Edificações, a Gratificação mensal, no valor correspondente ao símbolo EC-06, nos termos da Resolução nº 102/78-CA, de 03.03.78.

Brasília, 14 de abril de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 14 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores RODOLFO NOGUEIRA, matrícula 23.632, Chefe da Divisão de Serviços Gerais do DEPA/DA, ALTAMIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 13.260, Chefe da Divisão do Pessoal/DEPA/DA e GERUZA MARIA DE OLIVEIRA BORGES, matrícula nº 42.587, Assistente Social NS-403.E—Ref. 51, da Assessoria de Relações Públicas/-Superintendência para em Comissão, presidida pelo primeiro, coordenarem a inauguração da nova SEDE DA NOVACAP, que se realizará no dia 28 do corrente mês, às 9:00 horas.

Brasília, 14 de abril de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 27/04/78

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 638.831/78,

RESOLVE:

TRANSFERIR, nos termos do item 4 da Instrução nº 419 de 15 de março de 1974, o servidor FRANCISCO DE SOUSA MARTINS, matrícula nº 56.084, Agente de Serviço de Engenharia NM 302.2—Ref. 19, da Divisão de Apoio, do Departamento de Manutenção, da Diretoria Administrativa para a Divisão de Obras Contratadas, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização.

Brasília, 27 de abril de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 28 DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18 dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 639.934/78,

RESOLVE:

CANCELAR, a partir de 01.04.78, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 839,00 (oitocentos e trinta e nove cruzeiros), atribuida ao servidor GONÇALO GONÇALVES DE ALCÂNTARA, matrícula nº 56.380, Motorista TP-602.3—Ref. 12, do Serviço de Transporte/DEPA/DA.

Brasília, 28 de abril de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 638.589/78,

RESOLVE:

ATRIBUIR, a partir de 22.02.78, ao servidor ANTONIO CLAUDINO LIMA, matrícula nº 57.250, Motorista TP 602.3 - Ref. 11, lotado no Serviço de Transportes, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa e prestando serviços a Assessoria de Relações Públicas da Superintendencia, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília. 06 de março de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 09 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do O.I. nº 461/78-GS, de 20 de abril de 1978, JOSÉ AFONSO CRISPIM FERREIRA, para responder pela Chefia da Seção de Apoio, símbolo EC-07, da Divisão de Execução de Obras, da Diretoria de Edificações.

Brasília, 09 de maio de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 11 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 640.982/78,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor JORGE RAMOS, matrícula nº 56.879, Agente Administrativo SA-501.2—Ref.24, para responder pelo Emprego em Comissão, símbolo EC-09 de Encarregado do Cadastro de Pessoal, da Seção de Cadastro, da Divisão do Pessoal/DEPA/DA, em substituição ao titular, durante o seu impedimento por licença médica, no período de 17.04 a 09.07.78.

Brasília, 11 de maio de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 12 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 640.280/78,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 05.04.78, o servidor PEDRO ALCÂNTARA COSTA, matrícula nº 57.189, Engenheiro NS-407.6—Ref. 44, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC-04, de Chefe da Seção de Tecnologia da Divisão Técnica, da Diretoria de Edificações.

Brasília, 12 de maio de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 12 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 640.264/78,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 01.02.78, a servidora MARIA DO SOCORRO BRITO SANTOS, matrícula nº 30.411, Técnico em Contabilidade NM 304.5—Ref, 25, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-07, de Chefe da Seção de Execução Orçamentária, da Divisão da Despesa, da Diretoria Financeira.

Brasília, 12, de maio de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do Processo nº 640.528/78,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor LUIZ PAULO DE ALENCAR NOGUEIRA, matrícula nº 11.473, Engenheiro Agrônomo, contratado pela obra nº 4032—Construções de Áreas Ajardinadas de Prédios e Próprios do Poder Público, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-03, de Chefe da Divisão de Conservação DPJ/DU, em substituição ao seu titular durante as suas férias regulamentares no período de 01 a 21.05.78,

Brasília, 16 de maio de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

ATRIBUIR, a servidora ROSA MARIA FARIA BACELAR, matrícula nº 57.288, Datilógrafo SA 501.2—Ref. 16, lotada na Secretaria Geral da Superintendência, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$839,00 (oitocentos e trinta e nove cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília, 16 de maio de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

1—DISPENSAR, o servidor JOSÉ AFONSO CRISPIM FERREIRA, matrícula nº 42.902, do Emprego em Comissão símbolo EC-07, de Chefe da Seção de Apoio, da Divisão de Execução de Obras, da Diretoria de Edificações, por haver sido designado para exercer outra função.

II—DESIGNAR, o referido servidor para responder pelo Emprego em Comissão, símbolo EC-10, de Recepcionista da Superintendência.

Brasília, 16 de maio de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 18 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

1—TRANSFERIR, uma vaga de Agente de Engenharia NM 302.2—Ref.19, da Diretoria de Urbanização para a Diretoria de Edificações.

II—TRANSFERIR, a lotação do servidor JOAQUIM DA MOTA NETO, matrícula nº 56.848, Agente de Serviço de Engenharia NM-302.2—Ref. 19, do Serviço de Transportes, do Departamento Administrativo /DA, para a Diretoria de Edificações.

Brasília, 18 de maio de 1978

Engº. MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

1—DISPENSAR, o servidor ROBERTO POMPEU DE SOUZA BRASIL FILHO, matrícula nº 42.742, do Emprego em Comissão símbolo EC-10, de Recepcionista da Superintendência, por haver sido designado para exercer outra função.

II—DESIGNAR, o referido servidor para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-07, de Chefe da Seção de Apoio da Divisão de Execução de Obras da Diretoria de Edificações, nos termos do O.I. nº 461/78-GS, de 20.04.78.

Brasília, 16 de maio de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 1º DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do art. 27, do Estatuto Social da Companhia e tendo em vista o constante do proc. 687141/78,

RESOLVE:

Dispensar, ROBERTO JOSÉ DE ARAGÃO COSTA, matrícula nº 572, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-14, de Chefe da Seção de Sertviços Auxiliares, da Diretoria Administrativa e Financeira.

Brasília, 1º de abril de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 1º DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do Art.27 do Estatuto Social da Companhia e tendo em vista o constante do proc. 687141/78,

RESOLVE:

Designar, ROBERTO JOSE DE ARAGÃO COSTA, matrícula nº 572, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-13, de Chefe da Seção de Serviços da Diretoria Administrativa e Financeira.

Brasília, 1º de abril de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 1º DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do art. 27, do Estatuto Social da Companhia e tendo em vista o constante do proc. 687141/78,

RESOLVE:

Dispensar o servidor BELJO GONZAGA DE MELLO, matrícula nº 251, Operador Gráfico, Código SIO-501, Nível 12-C, do Emprego em Comissão, símbolo EC-13, de Chefe da Seção de Reprografia, da Diretoria Administrativa e Financeira.

Brasília, 1º de abril de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendentte

INSTRUÇÃO DE 1º DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do art. 27, do Estatuto Social da Companhia e tendo em vista o constante do proc. 687141/78,

RESOLVE:

Designar o servidor BELJO GONZAGA DE MELLO, matrícula nº 251, Operador Gráfico, Código SIO-501, Nível 12-C, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-12, de Chefe da Seção de Reprografia, da Diretoria Administrativa e Financeira.

Brasília, 1º de abril de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 1º. DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do art. 27, do Estatuto Social da Companhia e tendo em vista o constante do proc. 687141/78,

RESOLVE:

Designar o servidor JOSÉ CARLOS MADEIRA, matrícula nº. 097, Desenhista, Código SA-405, Nível 13-A, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-10, de Chefe da Seção de Desenho, da Diretoria Técnica.

Brasília, 1º. de abril de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 1º. DE ABRIL DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do art. 27, do Estatuto Social da Companhia e tendo em vista o constante do proc. 687141/78,

RESOLVE:

Dispensar o servidor JOSÉ CARLOS MADEIRA, matrícula nº. 097, Desenhista, Código SA-405 Nível 13-A, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-12, de Chefe da Seção de Desenho, da Diretoria Técnica.

Brasília, 1º. de abril de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

SALÁRIO FAMÍLIA CONCEDIDO:

Servidor: José Ferreira da Silva
Matrícula: 11.117
Assunto. concedo a continuação do pagamento de salario-família, pelo seu dependente WALTER FERREIRA DA SILVA, filho, conforme DECLARAÇÃO apresentada.

Em 27.04.78

JOSÉ EVERALDO CONCEIÇÃO
Chefe da Seção de Pessoal
DAG-SAP

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" 47 de 04 de maio de 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01.05.78, o servidor JOSÉ REIS DE FREITAS, Assessor de Administração, matrícula nº 92.388-FZ, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Chefe da Divisão de Material e Patrimônio do Departamento Administrativo.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" 50 de 08 de maio de 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar, a partir de 1º.05.78, a servidora MARIA ELIZABETH RAVAGNANI ARAUJO DE CASTRO, Auxiliar Técnico de Administração, matrícula nº 90.696-FZ, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-02, de Chefe do Núcleo de Programação e Organização, do Gabinete da Fundação Zoobotânica do Distrtio Federal.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" 48 de 05 de maio de 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

a) conceder a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor de Cr$ 1.050,00(hum mil e cinquenta cruzeiros (, aos Motoristas JAIR FRANCISCO DE DEUS, matrícula nº 91.139-FZ, JOÃO VIANA DE SOUZA,matrícula nº nº91.213-FZ, ANTONIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 91.256-FZ,francisco pereira sobrinho, matrícula nº 92.932-FZ e JESULINO NERY DE SOUZA,matrícula nº 92.952-FZ, a partir de 1º.05.78; e

b) revogar as disposições em contrário.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

Sessão de 15 de maio de 1978
Processo nº: 621167/78-FZ
Interessado: HENRIQUE CAVALCANTE DA SILVA
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 162 do Núcleo Rural de Tabatinga.

Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº 190

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da procuradoria Jurídica da Entiddade, e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 162 do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. HENRIQUE CAVALCANTE DA SILVA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978
Processo nº: 620685/78-FZ
Interessado: LUIZ ALENCAR MONTEIRO
Assunto: Requer o arrendamento da Área Isolada nº 08-Fazenda Barreiro.

Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº 193

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento da Área Isolada nº 08, Fazenda Barreiro, com 74,85 hectares, condicionando a lavratura do respectivo Contrato a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, de acordo com o disposto no parágrafo 4º, artigo 3º do Decreto nº 2.739/74, alterado pelo Decreto nº 3.301, de 07/07/76.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978
Processo nº: 621320/78-FZ
Interessado: LEÔNIDAS FRANCISCO DOS SANTOS
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 190 do Núcleo Rural de Tabatinga.

Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 198

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 190 do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. LEÔNIDAS FRANCISCO DOS SANTOS, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978

Processo nº: 8357/71-FZ
Interessado: DEPARTAMENTO DE TERRAS RURAIS -FZ
Assunto: Propõe a rescisão do Contrato de arrendamento do lote nº. 30 do Núcleo Rural Vargem da Benção.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº: 204

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a) declarar rescindido o Contrato de arrendamento do lote nº. 30 do Núcleo Rural Vargem da Benção, firmado em 14-09-66, entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP e o Sr. MITSUO NISHIZAWA; e,

b) determinar ao DTR que notifique ao Sr. MITSUO NISHIZAWA, dos termos desta Resolução, através de ofício ou jornal.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978

Processo nº: 620332/78-FZ
Interessado: ROBERTO RODRIGUES RANGEL
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 98 do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº: 205

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE:

Autorizar a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 98 do Núcleo Rural de Tabatinga, de Saulo Coutinho de Lucena para ROBERTO RODRIGUES RANGEL, conforme o disposto no artigo 19 do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978
1978

Processo nº: 620272/78-FZ
Interessado: ELI BUSSINGUER
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 56 do Núcleo Rural de Sobradinho I.
Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº: 206

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento

de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE:

Autorizar a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 56 do Núcleo Rural de Sobradinho I, de IDEAL-Projetos e Construção Ltda. para ELI BUSSINGUER, conforme o disposto no artigo 19 do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978
Processo nº: 626668/77-FZ
Interessado: WAGNER NUNES DE CASTRO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 57, da Colônia Agrícola Ponte Alta.

Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº 207

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer vavorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 57, da Colônia Agrícola Ponte Alta, ao Sr. WAGNER NUNES DE CASTRO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS-Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO-Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN-Conselheiro

JOSÉ PASSOS PORTO—Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA-Conselheiro

Sessão de 15 de maio de 1978
Processo nº: 625622/78-FZ
Interessado: DEPARTAMENTO DE TERRAS RURAIS-FZ
Assunto: Propõe a criação da Área Isolada nº 04 Taquara Pipiripau.

Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº 208

O CONSELHO DELIVERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 248ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando o parecer favorável da Companhia de Água e Esgotos de Brasília--CAESB, às fls. 08.

Considerando a Decisão nº 37/78 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, às fls. 20;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE:

Autorizar a criação da Área Isolada nº 04-Taquara Pipiripau, com 1.275 hectares, conforme memorial descritivo e planta às peças 02/03 deste processo.

PEDRO DO CARMO DANTAS-Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO-Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN-Conselheiro

JOSÉ PASSOS PORTO-Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS-Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA-Conselheiro

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 09 DE MAIO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto 2868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, letra «a», do Decreto 2951/75, PEDRO LEMOS ROSAL, Escrivão de Polícia «B», matrícula 33.282, para substituir o Chefe do Cartório, Símbolo FC-6, da 16ª. Delegacia Policial, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, no período de 02 a 31 de maio de 1978, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 09 de maio de 1978.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.

Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 10 DE MAIO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, alínea «a», do Decreto nº. 2951/75, JOSÉ THEREZA BASTOS, Agente Operacional de Telefone e Eletricidade, matrícula 34.032, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Manutenção de Equipamentos Eletrônicos da Divisão de Telecomunicações da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, durante o período de 15.05 a 13.06.78, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 10 de maio de 1978

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 15 DE MAIO DE 1978.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto 2868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21 letra «a» do Decreto nº. 2951/75, CECILIO ANDRADE DE OLIVEIRA, Agente de Polícia «C», matrícula nº. 33.562, para substituir o Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-11, da 11ª. Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, por motivo de licença médica no período de 09 a 23 de maio do corrente ano.

Distrito Federal, 15 de maio de 1978.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 18 DE MAIO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.868/75,

RESOLVE:

Designar nos termos do artigo 21, alínea «a» do Decreto nº. 2.951/75, JOÃO GOMES DA SILVA, Artífice de Mecânica, Código ART-501.2, matrícula 33.384, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Eletricidade, Símbolo FC-08, da Divisão de Transportes do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Segurança Pública do DF, no período de 08.05 a 06.06.78, durante o seu afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde.

Distrito Federal, 18 de maio de 1978

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO COMANDO GERAL

PORTARIA - PMDF Nº 014 DE 23 DE MAIO DE 1978

O Coronel Comandante Geral, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com o que estabelece o artigo 1º, inciso I, parágrafo único, do Decreto nº. 62.115, de 12 de janeiro de 1968, combinado com o artigo 29, inciso I, do Decreto nº. 4.015, de 29 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

1º) Reconhecer, nos termos da legislação acima mencionada, a dívida na importância de Cr$ 141.350,61 (cento e quarenta e um mil e trezentos e cinquenta cruzeiros e sessenta e um centavos), referente ao pagamento por Exercício Findo, das diversas despesas especificadas em favor dos policiais-militares constantes de relação anexa; e,

2º) Autorizar a Diretoria de Intendência a tomar as necessárias providências para o pagamento acima referenciado, dentro da cota trimestral de despesas, reprogramada pelo Decreto nº. 4.149, de 14 de abril de 1978, por conta do elemento 3.1.5.0 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, SUB-ELEMENTO 01 - EXERCÍCIOS FINDOS.

Brasília, DF, em 22 de maio de 1978.

ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Coronel Comandante Geral

BRASÍLIA - DF - RELAÇÃO A QUE SE REFERE A PORTARIA PMDF Nº 014/78

Nº O;	PROTOC	POSTO OU GRADUAÇÃO	OPM	N O M E S	MATRICULA	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	IMPORTÂNCIA EM CR$
01	0180/77	SD PM	CPA	ERIVAN HOLANDA COSTA	03659-9	SAL.FAMÍLIA	720,00
02	0310/77	CAP PM	1ºBPM	ALOYSIO MARTINS FERNANDES	00047-7	QUIQUÊNIO	2.605,95
03	0327/77	SD PM	CRP	FRANCISCO ORLANDO MESQUITA DE ARAUJO	03140-2	QUINQUÊNIO	278,70
04	0406/77	SD PM	1ºBPM	HONORIO MILITÃO	04136-0	SAL.FAMÍLIA	400,00
05	0460/77	SD PM	CMA	FERNANDO ARAUJO DA SILVA	03014-7	SAL.FAMÍLIA	800,00
06	0461/77	CB PM	CMA	JOSÉ EUSTAQUIO DA SILVA (2ª)	03243-3	SAL.FAMÍLIA	1.600,00
07	0462/77	CB PM	CMS	ADILSON LELES MENDES	03245-0	QUINQUÊNIO	271,35
08	0473/77	3º SGT PM	1ºBPM	ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA NETO	03930-0	SAL.FAMÍLIA	1.150,00
09	0598/77	2º SGT PM	DI	WILSON DOS PASSOS	00850-8	SUBSTITUIÇÃO	407,00
10	0599/77	SD PM	1ºBPM	JOÃO SEVERINO DA SILVA	03715-0	IND.MORADIA	567,60
11	0628/77	CB PM	2ºBPM	EDVALDO SOARES CORREA	04850-0	QUINQUÊNIO	625,80
12	0650/77	SD PM R.	DI	PAULO FAUSTINO DOS SANTOS	01731-3	DIF.PROVENTO	81.552,00
13	0660/77	SD PM	1ºBPM	MIGUEL ALVES DA SILVA	03897-1	IND.MORADIA	633,60
14	0696/77	3º SGT PM	2ºBPM	GILDEMAR DIAS DE AGUIAR	00945-7	SUBSTITUIÇÃO	555,00
15	0731/77	SD PMR.	DI	EZEQUIEL MIRANDA CARDOSO	01452-4	DIF.PROVENTO	44.328,00
16	0764/77	CB PM	QCG	SEVERINO SATURNINO DE SOUZA	03679-6	SAL.FAMÍLIA	760,00
17	0802/77	CB PM	2ºBPM	JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES	04950-2	SAL.FAMÍLIA	160,00
18	0849/77	CB PM	QCG	PERICLES MENDONÇA DE REZENDE	04703-1	IND.MORADIA	151,80
19	0878/77	SD PM	1ºBPM	GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS	04685-0	IND.MORADIA	613,80
20	0961/77	3º SGT PM	1ºBPM	JOSÉ ALBERTO ARAUJO GUEDES	00317-8	IND.MORADIA	426,12
21	1009/77	SD PM	1ºBPM	ALTAIR BARRETO DA SILVA	03473-8	SAL.FAMÍLIA	1.303,94
22	1010/77	SD PM	1ºBPM	ADOLFO SOARES DA COSTA	03703-6	QUINQUÊNIO	1.439,95
				T O T A L			141.350,61

IMPORTA A PRESENTE RELAÇÃO, NA QUANTIA DE CENTO E QUARENTA E UM MIL E TREZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS E SESSENTA E UM CENTAVOS - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA, NO SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUL, EM DE MAIO DE 1978.

Anibal Pacheco de SOUSA
Ten Cel PM/DF Mat. 00.024/8

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 355/78-DETRAN-DF, 09 DE MAIO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista o que consta do processo nº 396307/78,

RESOLVE:

DESIGNAR, aos médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM-DF 750, JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO CRM-DF 2196 e JOSÉ MARIO COSTA CRM-DF 1794, para, sob a presidência do primeiro e, na forma do artigo 153 § 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, constituirem Junta Médica Especial, e no dia 12 de maio do ano em curso examinarem o Sr. SEVERINO DO RAMO ALVES, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

Brasília-DF. 09 de maio de 1978

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

PROCESSO Nº: 396.231/78
INTERESSADO: GDF-SEP-DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação em favor da firma UNIVERSO CONFECÇÕES, No valor de Cr$ 4.130,00
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 27 de abril de 1978

PROCESSO Nº: 396.272/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de empenho no valor de Cr$3.258,00, em favor da firma CINE FOTO GB LTDA
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Adminitração Geral, para as providências complementares.

Em, 03 de maio de 1978

PROCESSO Nº: 396.230/78
INTERESSADO: GDF-SEP-DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação em favor da firma CONTRIL S/A no valor de Cr$ 20.328,00
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se a Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 27 de abril de 1978

PROCESSO Nº: 396.266/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUCONT
ASSUNTO: Solicita providências no sentido de que seja emitido uma Nota de Empenho p/fazer face à despesa de contribuição do DETRAN ao PASEP.
DESPACHO: AUTORIZO a emissão da nota de Empenho. Publique-se. Encaminhe-se à GAGE para as devidas providências.
Em, 05 de maio de 1978
ASS. JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

LOUVOR

Ao ensejo do retorno à Polícia Militar do Distrito Federal, do Major PAULO SOUZA DA SILVA, por motivo de promoção, cumpre-me registrar a maneira com que sempre se houve aquele Oficial, como Assistente da Gerência de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, demonstrando preparo profissional, capacidade de trabalho, lealdade, espírito de equipe e cooperação, que o credencia à admiração e estima de todos.

Isto posto, resolvo elogiar o Major PAULO, fazendo constar nas suas anotações funcionais, dando-se ciência à Polícia Militar, para efeito de registro em sua folha de serviços e fé-de ofício.

Publique-se.

Cumpra-se.

Brasília-DF, 08 de maio de 1978

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

GERÊNCIA DE CONTROLE DE VEÍCULOS - GECONV

ATOS DO GERENTE

PROCESSO Nº: 395625
INTERESSADO: SOCIEDADE CARITATIVA E LITERARIA S. FRANCISCO DE ASSIS - ZONA NORTE

DESPACHO:

No uso da competência que me foi conferida pelo Artigo 47, Inciso II do Regimento do DETRAN-DF., aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista o parecer emitido sobre a documentação apresentada, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de SOCIEDADE C.E LITERÁRIA S. FRANCISCO DE ASSIS - ZONA NORTE, quanto ao pagamento da **Taxa Rodoviária Única** - TRU, incidente sobre os veículos placas AE 9703 - DF, de propriedade do interessado, referente ao exercício fiscal de 1977, com fundamento no Artigo 3º letra do Decreto-Lei nº 999/69, combinado com o Artigo 2º do Decreto nº 71824/73.

À Supervisão de licenciamento de Veículos para cientificar o interessado, lhe fornecendo cópia deste Despacho. Em seguida à Gerência de Administração Geral para providenciar a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal. Após, retornem a esta Gerência para arquivamento.

Brasília-DF., 13 de março de 1978

FÁBIO CORTEZ
Gerente de Controle de Veículos - GECONV
do DETRAN-DF

PROCESSO Nº: 395.787
INTERESSADO: INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO S.C. DE JESUS

DESPACHO:

No uso da competência que me foi conferida pelo Artigo 47, Inciso II do Regimento do DETRAN-DF., aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista o parecer emitido sobre a documentação apresentada, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO S. CORAÇÃO DE JESUS, quanto ao pagamento da **Taxa Rodoviária Única** - TRU, incidente sobre os veículos placas AI 9703-DF, de propriedade do interessado, referente ao exercício fiscal de 1977, com fundamento no Artigo 3º letra do Decreto-Lei nº 999/69, combinado com o Artigo 2º do Decreto nº 71824/73.

À Supervisão de Licenciamento de Veículos para cientificar o interessado, lhe fornecendo cópia deste Despacho. Em seguida à Gerência de Administração Geral para providenciar a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal. Após, retornem a esta Gerência para arquivamento.

Brasília-DF., 16 de março de 1.978

FÁBIO CORTEZ
Gerente de Controle de Veículos - GECONV
do DETRAN-DF.

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

Edital nº. 001/78-SES, de 20 de maio de 1978, referente à Tomada de Preços, para a construção das Sedes das Inspetorias de Saúde nas cidades satélites de Brasília-DF, por regime de empreitada global.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, instituida pela Portaria nº. 02/de 06 de março de 1978, leva ao conhecimento das firmas participantes da Tomada de Preços em epígrafe que de acordo com o subitem 11.1.3 do referido Edital, poderão requerer a devolução da caução, tendo em vista o resultado da presente licitação, publicado neste Órgão Oficial no dia 16 do corrente mês.

Brasília-DF, 22 de maio de 1978.

EUCLIDES MOREIRA DE SOUZA
Presidente da Comissão

DECLARAÇAO

FRANCISCO G. HENRIQUES com filiais no Núcleo Bandeirante-DF., à Av. Central, Bloco 790/880, Lote 802, Insc. GDF nº 070052514 e Av. Central, Bloco 790/880, Lote 814, Insc. GDF nº 07058000-6 declara para os devidos fins que foram extraviadas suas fichas de Inscrição Cadastral - FIC

Brasília-DF., 17 de maio de 1978

FRANCISCO G. HENRIQUES

(DAR, de 18.05.78 - Cr$. 270,00) (Dias 22, 26 e 29/05/78)

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522 de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 018/78-CPLM/DA, PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC SOLDÁVEL "CLASSE 15" COM 6M/ DE COMPRIMENTO E OUTROS; DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS/DIV. DE IRRIGAÇÃO DA NOVACAP; EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas fornecedoras regularmente registradas no REGISTRO CADASTRAL DE HABILITAÇÃO DE FIRMAS do GDF, ou na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da NOVACAP, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada no dia 01 de junho de 1978, às 09:30 horas, na sala de licitações do Edifício Sede da NOVACAP, situada no Sia - Trecho de Serviços Públicos - lote B, em Brasília - Distrito Federal.

Os Editais encontram-se a disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL.

Brasília, 16 de maio de 1978

Engº. GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente da CPLM-DA